

FRAUDE NO SENADO

Senadores são cordiais, depois de sete meses de desavenças

ACM e Jader assumem a reaproximação no Senado

GUSTAVO KRIEGER E
SÔNIA CARNEIRO

BRASÍLIA - A ameaça de perder o mandato reaproximou os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA). Depois de sete meses de guerra aberta, os dois apresentaram um discurso afinado ontem, no plenário do Senado. Atacaram um inimigo comum, a opinião pública, a quem atribuem os problemas políticos que enfrentam. "Não serei o algoz do senador Antonio Carlos Magalhães. Quem quiser que assuma essa responsabilidade", disse Jader, da tribuna. "O Senado não pode votar pautado. Cada senador deve seguir sua consciência", esbravejou Jader. "Espero que os senadores julguem de acordo com suas consciências e não se deixem levar por uma imprensa dirigida, fazendo uma condenação precipitada", ecoou ACM do microfone de apartes. As duas falas apontaram para o espírito de corpo do Senado. De forma velada, os dois caciques políticos alertaram os senadores de que a cassação deles pode abrir um precedente político perigoso para a carreira de todos os parlamentares.

Na semana passada, em uma conversa com dirigentes do PMDB, Jader deu a senha para a trégua. "Eu e Antonio Carlos estamos rolando abraçados para o abismo", contou. "É hora de segurar em qualquer galho que apareça", completou. Jader e ACM mostraram afinidade até na hora de negar que estejam costurando um acordo de conveniência. "Nunca me imaginei na posição de advogado do senador Antonio Carlos", disse Jader. "Esta versão é plantada por amigos do ACM que querem salvá-lo dizendo que nosso futuro está ligado", completou. Os dois negaram ter negociado por telefone uma trégua nas acusações. "Essa conversa nunca aconteceu", afirmou o senador baiano. Apesar das negativas, os dois estão trocando mensagem. Do lado de Jader, o interlocutor é o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL). O embaixador de ACM é o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Jader subiu à tribuna do Senado pressionado por uma ameaça. No Pará, o Ministério Público decidia a reabertura do inquérito sobre um desvio de R\$ 1 milhão no Banpará, o banco oficial paraense. O rombo aconteceu quando Jader era governador e a suspeita é que o dinheiro tenha sido desviado para contas de pessoas e empresas ligadas a ele. Para responder ao ataque, apelou



Brasília - Fernando Bizerra Jr.

Jader: "Mandato é meu e voto de acordo com a consciência"

para um lance de marketing. Apresentou um projeto de resolução do Senado dando autorização prévia para que o Supremo Tribunal Federal (STF) abra qualquer processo necessário contra ele. "Tenho sido acusado por boatos, quero ter o direito de me defender", argumentou. É um lance estratégico. Jogando seus problemas para o Supremo, Jader tenta se afastar de um julgamento político no Conselho de Ética.

"São tantas as acusações que daqui a pouco vou entrar no relatório do senador Roberto Saturnino sobre a violação do painel de votação", ironizou Jader. Em um aparte imediato, Saturnino reagiu. Lembrou que foi a briga entre ACM e Jader o estopim das denúncias de fraude e corrupção no Senado. "O senhor pode ser julgado pelo Conselho de Ética", disse Sa-

turnino. "Pode ser condenado ou absolvido, mas é preciso que as acusações fiquem claras", completou.

ACM também está pressionado. Os cálculos feitos sobre a votação do Conselho de Ética apontam uma estreita maioria a favor de sua cassação. Ontem, no gabinete de um ministro especializado em cálculos políticos de bastidores, circulava uma lista com o possível placar. Apontava nove votos pela cassação e oito contrários. A bancada favorável ao baiano incluía quatro votos do PFL, dois do PSDB e dois do PMDB. Estas projeções tornam estratégico o papel de Jader no processo.

Em tom apaziguador, Jader disse que não será o carrasco de ACM. "Vou me comportar como presidente do Senado, sem cabalar o voto de nin-

guém", assegurou. Quando Jader terminou o pronunciamento, ACM levantou-se e puxou o microfone de apartes. Contrariando sua rotina de sempre, desta vez não sentou-se na primeira fila do plenário. Cedeu o lugar para Jader e ocupou uma posição mais discreta, entre senadores do PMDB e PFL. Citou o desafeto. "Como disse o presidente do Senado, o julgamento não pode ser manipulado." Depois, voltou ao ataque. Criticou os integrantes do Conselho de Ética que deram entrevistas defendendo punição para ele e para o senador José Roberto Arruda (sem partido - DF) por envolvimento na violação do painel de votação do Senado.

ACM pensa em pedir o impedimento dos senadores que já se manifestaram contra ele. "Quem agiu assim, perdeu a independência necessária para julgar." Repete o discurso que o então senador Luiz Estevão (PMDB-DF) fazia antes de ser cassado. Estevão acusava a votação de ser viciada porque Antonio Carlos, à época presidente do Senado, trabalhava abertamente por sua cassação.

A possibilidade de um acordo diminuiu a expectativa de renúncia de ACM e Arruda. Os aliados dos dois tentam articular uma punição mais branda que a cassação. A tentativa é restringir o castigo a uma suspensão temporária. A grande dificuldade para costurar um "acordão" é o receio que os senadores têm da reação na opinião pública. Ano que vem, dois terços do Senado serão renovados e os parlamentares se preocupam com os efeitos em sua imagem da salvação de Arruda e ACM. "Não dá para fazer acordos por baixo do pano com tanta atenção da imprensa e do país", diz Renan Calheiros. Por isso, Jader e ACM também concentram sua defesa no instinto de autopreservação dos senadores. Querem mostrar que o julgamento político é uma ameaça para qualquer parlamentar. "O Congresso não pode ser substituído em seus julgamentos", disse Jader, em referência à imprensa. "Enquanto eu for presidente do Senado, o mandato é meu e eu voto de acordo com a minha consciência", afirmou. Longe do plenário, Arruda tem feito o mesmo alerta em telefonemas para os colegas. O discurso encontra eco. "Se a cassação virar festa, qualquer um pode ser atingido", diz o senador Roberto Requião. "É preciso proteger a imunidade parlamentar, ou o Congresso estará à mercê de qualquer juiz de má vontade", completou.